



Comitê de Representantes

Aprovada na 1142ª sessão

ALADI/CR/Ata 1138
9 de março de 2012
Horário: das 16h30m às 17h20m

ATA DA 1138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Ministro das Relações Exteriores do Peru, Excelentíssimo senhor Rafael Roncagliolo Orbegoso.

Preside:

CASSIO VITALE MANUEL LUISELLI FERNÁNDEZ

Assistem: Gustavo Constantino García, Beatriz Vivas de Lezica, Sergio Luis Iaciuk e Victorio Tomás Carpintieri (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Silvana Peixoto Dunley e Marcus Vinicius Ramalho (Brasil); Juan Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile); María Clara Isaza Merchán e Luz Marina Rivera (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Lisset Fernández García (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla e Adolfo Blum Montero (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández e Dora Rodríguez Romero (México); Raúl Cano Ricciardi, Octavio Ferreira Gini e María Elena Alvarenga (Paraguai); Aída García Naranjo Morales, Jorge Tello, Ricardo B. Romero Magni, Oscar Roca Ferrand e Jéssica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli Ruggia e Mario Américo Ferrari Bianchini (Uruguai); Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá); Ana Ivette Ramírez (El Salvador); Aurora Díaz-Rato Revuelta (Espanha); Massimo Andrea Leggeri (Itália); Joana Fisher (Portugal); Daniel Guerrero Taveras (República Dominicana); Gheorghe Petre (Romênia); John Biehl Del Río (OEA).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez.

Subsecretários: César Llona e Pablo Rabczuk.

Comitiva Oficial da República do Peru: Embaixador Claudio de la Puente, Embaixador, Diretor-Geral da América do Ministério das Relações Exteriores; Fernando Rojas, Embaixador, Diretor-Geral de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores; Adriana Velarde, Primeira-Secretária, Despacho do senhor Chanceler.

Convidados especiais: Julio María Sanguinetti, Ex-Presidente do Uruguai; Roberto Conde Carreras, Subsecretário das Relações Exteriores do Uruguai; Didier Operti, Ex-Secretário-Geral da ALADI; Ricardo Caballero Aquino, Ministro, Encarregado de Negócios a.i. da Embaixada do Paraguai no Uruguai; Belela Herrera Sanguinetti, Ex-Vice-Chanceler do Uruguai; José Díaz, Ex-Ministro do Interior do Uruguai; Carlos Baráibar, Senador – Câmara de Senadores do Uruguai; Alberto Couriel, Senador – Câmara de Senadores do Uruguai; Oscar A. Bottinelli, Diretor-Geral de FACTUM.

PRESIDENTE. Boa tarde a todos. Tenho a honra e o prazer de dar início a esta 1138ª sessão extraordinária do Comitê de Representantes ao receber o Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Peru, senhor Rafael Roncagliolo Orbegoso, que ministrará uma conferência intitulada: “O Peru nos processos de integração regional”.

Tenho o prazer de conhecer o doutor Roncagliolo de seus anos mexicanos, anos de amizade, anos de muito pensamento latino-americano. Particularmente me compraz recebê-lo aqui hoje. O Peru é um caso de sucesso na família latino-americana, é um país que cresceu muito e que tem uma presença e uma marca importantes, sem dúvida será um fator de futuro para toda a América Latina.

No Uruguai, recebemos os peruanos com toda a família latino-americana com muito prazer. Acabamos de receber nossa Embaixadora e colega e estamos muito contentes de ter aqui o Peru, país de profundas raízes e de grande projeção.

Quero assinalar que nos honram com sua presença o Ex-Presidente Julio María Sanguinetti, está também conosco o Ex-Chanceler e Ex-Secretário-Geral da ALADI, Didier Opertti; o Vice-Ministro Roberto Conde; e também o Senador Baráibar e o Senador Curiel, e todos os distintos amigos, que bom que nos acompanham nesta importante sessão.

Dando-lhes as boas-vindas, passo a palavra ao senhor Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado. Obrigado por estarem aqui. Também cumprimento os convidados, especialmente o Ex-Presidente Julio Sanguinetti, o Ex-Secretário-Geral da ALADI, Didier Opertti, o Vice-Chanceler Conde, que também dirá umas palavras de boas-vindas a Rafael Roncagliolo.

Muito nos satisfaz que a República irmã do Peru tenha protagonizado, nesses últimos meses, na ALADI, vários acontecimentos importantes. Elegemos, há três ou quatro meses, o Subsecretário César Llona, desse país; tivemos, na quarta-feira, um discurso muito interessante, muito inteligente, que gerou uma atmosfera muito positiva da nova Embaixadora do Peru no Uruguai e na ALADI, um grande discurso sobre o papel do Peru e os componentes da integração; e agora a presença de uma figura muito importante neste país irmão, que é Rafael Roncagliolo. Esperemos coroá-lo com a presença, dentro de pouco, do Presidente Ollanta Humala.

Quando o Presidente escolheu Rafael Roncagliolo para Chanceler, todos os que trabalham pela integração regional ficaram muito contentes. Eu havia tido a sorte de coincidir em uma convocatória que Roncagliolo havia realizado, como Diretor-Geral de Ideais Peru, um organismo internacional dedicado a trabalhar e a melhorar a qualidade das democracias, dos sistemas políticos, isto é uma tarefa que, na América Latina, é muito substantiva. Quando foi escolhido, então, alegramo-nos, e penso que isso é extensivo a todos aqueles que estão comprometidos com que o processo de integração avance. Afinal, Rafael Roncagliolo é uma referência na América Latina, reunindo várias condições que, para nós, são muito importantes.

Uma, que sua experiência perpassa a política e a academia, ou seja, Rafael Roncagliolo é um sociólogo, é um educador, é um homem que também foi um homem político, um homem muito próximo da política latino-americana, da política peruana, então tem uma visão muito enriquecedora da realidade e muito compenetrada da realidade latino-americana.

Quando o Presidente Ollanta Humala designou Roncagliolo, nesse sentido, vimos que o Peru ia comprometer-se ainda mais do que estava com o processo que a América Latina está vivendo. Então, isso significa um passo extraordinariamente importante. Quando nos disseram que vinha o Chanceler peruano para a ALADI, todos ficamos muito contentes. Para nós, Chanceler, é uma honra e uma alegria que o senhor esteja presente aqui na ALADI.

Eu quero convidar, perdão senhor Presidente, o Subsecretário Conde para que dê também algumas palavras de boas-vindas ao Chanceler.

Subsecretário das Relações Exteriores do URUGUAI (Roberto Conde Carreras). Muito obrigado, Chacho Alvarez. Com sua anuência, senhor Presidente, quero cumprimentar, em nome do Ministro Luis Almagro, os presentes, o corpo diplomático, governantes do Uruguai, parlamentares, como já disse o senhor Presidente, quero cumprimentar pela presença de nosso Ex-Presidente, doutor Julio María Sanguinetti. E como já se deve haver lido, porque já se fez público o comunicado assinado hoje pela manhã, o Uruguai já estendeu o convite para que o Presidente Ollanta Humala nos visite aqui, de modo que estará por estas terras no momento em que se considere oportuno.

Quero compartilhar uma reflexão de um minuto, nada mais, para destacar, para enfatizar que não usamos o microfone por um mero ato formal ou protocolar, mas, sim, neste caso, como em outros casos em que estivemos nesta casa, sentimos que estamos vivendo uma hora peculiar dos povos sul-americanos e latino-americanos.

Conversávamos com o Chanceler Roncagliolo há algumas horas, no almoço, sobre a vivência especial deste momento e a forma em que os atores diplomáticos, políticos e sociais, diria que nos acordamos a cada dia perguntando-nos se nossos povos, se nossos países, estão aproveitando a oportunidade histórica deste momento extraordinário em seu relacionamento e no progresso que estão vivendo.

Tenho certeza de que um homem como Roncagliolo, como o senhor Chanceler do Peru, transmite uma atmosfera, uma força, uma convicção e uma visão profunda destes temas, de modo que penso que expresse o sentimento de todos se digo que estamos absolutamente ansiosos por escutar suas palavras.

Bem-vindo, senhor Chanceler, e obrigado à ALADI pela oportunidade de poder cumprimentá-lo e recebê-lo.

Chanceler do PERU (Rafael Roncagliolo Orbegoso). Muito obrigado, Presidente, muito obrigado, Secretário-Geral, muito obrigado, Vice-Ministro, por suas palavras muito cordiais e excessivamente generosas, muito obrigado, senhores Presidentes e Chanceleres, por acompanhar isso, que não quer ser mais que uma reflexão em voz alta, sobretudo desde o ponto de vista da experiência do novo Governo peruano dirigido pelo Presidente Ollanta Humala há poucos meses, foi eleito nas eleições do ano passado, e que pretende reafirmar de verdade um compromisso latino-americanista. Tenho um enorme prazer em estar nesta casa da ALADI, onde a integração tem um lar, um lugar para consolidar-se da maior importância.

Foi dito -o senhor, Presidente, mencionou- que o Peru teve um crescimento econômico extraordinário nos últimos anos, além de um incremento exponencial em seu comércio exterior. Obviamente, esses são motivos para alegrar-nos e essas são causas com as quais seguiremos comprometidos e estamos comprometidos.

No entanto, o que se pode perceber menos de fora, é que este extraordinário crescimento econômico não está acompanhado de melhorias nas condições de vida para toda a população. Isto é, tivemos muito mais crescimento econômico que inclusão social. Muito mais sucesso nos números da variável macroeconômica que nas medidas micro-sociais referentes ao nível de vida dos peruanos, e, evidentemente, isso se expressa também nos resultados eleitorais sobre os quais se assenta o Governo do Presidente Ollanta Humala.

Os tratados de livre comércio desempenharam um papel muito importante. Com a iminente aprovação do tratado multipartes entre a União Europeia, Colômbia e Peru, o Peru terá mais de 95% de seu comércio exterior em áreas de livre comércio, a primeira das quais foi a Comunidade Andina, que não conseguiu constituir-se como uma união aduaneira nem como um mercado comum, mas que, sim, é uma área de livre comércio muito importante para nós, porque é aí onde ocorrem as exportações com valor agregado, que são uma parte menor do grosso das exportações peruanas, e as exportações das pequenas e médias empresas, que são prioritárias para um Governo que quer privilegiar a inclusão.

De maneira que os tratados de livre comércio cumpriram um papel importante no crescimento econômico do Peru, bem como o crescimento da demanda interna e, obviamente, os preços das matérias-primas que exportamos e sobre as quais se assenta este crescimento econômico.

Mas, como vinha dizendo, poderíamos olhar o mapa do Peru e observar que há, pelo menos, dois Perus. Há um Peru moderno, que é o litoral peruano, desde a fronteira com o Equador até o Departamento de Ica, um pouco ao sul de Lima, onde efetivamente este crescimento econômico teve um boom; e o resto do Peru, principalmente a serra, onde este crescimento econômico aparece como um dado exterior, como uma referência, mas que não corresponde a mudanças substanciais nas condições de vida dos peruanos.

Neste âmbito, a prioridade do Governo do Presidente Humala é garantir o crescimento econômico a todos os peruanos, para que não haja cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, para que aqueles que observam ou criticam em determinadas políticas estatais não sejam considerados como “perros del hortelano”, para usar uma expressão por meio da qual se fazia referência a esses setores no passado recente.

Algumas das medidas iniciais do novo Governo são a Lei de consulta prévia. Somos o primeiro país que dá uma legislação para cumprir e garantir o Convênio 269 da OIT, que exige consultar as comunidades originárias afetadas quando se trata de um investimento que pode afetar seus interesses, suas expectativas ou suas percepções.

Esta lei é sumamente importante, porque, no Peru, o crescimento econômico depende das atividades extrativas, em particular da mineração, mas, por sua vez, as atividades extrativas e a mineração em particular estão na origem da maior parte dos conflitos sociais e ambientais. Então, é uma contradição fundamental, porque o país não pode sacrificar suas perspectivas de crescimento. Por sua vez, este crescimento deve expressar-se em desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, esse crescimento não pode ser desenvolvido à custa do meio ambiente ou dos direitos dos peruanos originários.

Então, é um problema absolutamente central que requer um manejo inteligente e um manejo renovado, com o qual o Governo está empenhado. Este Governo anunciou o estabelecimento de medidas tributárias para que os ganhos extras das empresas de mineração, que viram seus preços aumentados em porcentagens muito superiores aos que podiam esperar quando os contratos foram pactuados, para que esses ingressos possam expressar-se em uma maior tributação em benefício da redistribuição e do desenvolvimento do país.

É neste âmbito de prioridades que queremos crescimento econômico, sim, queremos manter estas cifras recorde, mas queremos que este crescimento se

expresse em melhorias nas condições de vida para todos os peruanos, o que se enquadra no que o Peru quer marcar como suas prioridades na ação exterior do país.

E, simetricamente, com estas duas prioridades, dizemos que, em matéria de política exterior, o Peru tem os seguintes objetivos: primeiro, fortalecer a América Latina e a América do Sul em particular, como bloco econômico e político. O segundo é consolidar a presença internacional do Peru. O terceiro é reconciliar-se, e uso o verbo reconciliar-se, com os peruanos no exterior, que são 10% da população peruana e cujas remessas anuais representam cinco vezes o que representa a cooperação internacional atualmente para o Peru. E o quarto é fortalecer os processos de reafirmação cultural e recuperação do patrimônio cultural do Peru e dos outros países cujo patrimônio cultural foi saqueado.

Naturalmente, esses quatro objetivos somente podem ser entendidos a partir de um ponto de vista de um Governo que, como venho dizendo, queira garantir a permanência e o aprofundamento do crescimento econômico baseado em uma política de inclusão social, à qual está destinado o conjunto das políticas públicas do regime. Ou seja, esses quatro objetivos são interdependentes e se reforçam mutuamente.

Ao colocar em primeiro lugar o que se refere ao fortalecimento da América Latina, o que queremos dizer é que pensamos, como se disse aqui antes, que este é um momento particularmente importante para a região, e o é ao menos por duas considerações. A primeira, o paradoxo da crise, que, logicamente, irá nos afetar, significa que desta vez nossos países são um pouquinho, ligeiramente, menos permeáveis em relação aos efeitos da crise. Enquanto os europeus otimistas pensam em um crescimento de 0% e os americanos de 2%, nos países da bacia do Pacífico - muito importante para nós a bacia do Pacífico- e nos países da América Latina vamos poder ter possivelmente níveis de crescimento um pouco maiores.

Então, é um bom momento, porque já encontramos nos países europeus, pelo menos nos que visitamos recentemente, em alguns países árabes, um interesse nesta terra como terra de investimentos mais rentáveis, mais úteis, mais proveitosos, com menos riscos que os territórios principais de investimento. E esse é um dado importante para a região.

E, em segundo lugar, porque estamos atravessando, neste momento em particular, na América do Sul um momento de relativo predomínio das forças centrípetas sobre as forças centrífugas. Isso não tem sido frequente em nossa história. As forças centrífugas que enfrentam um país vizinho com outro, com uma parte da região com outra, sempre foram mais eficazes, mais fortes, que as tendências centrípetas.

Há até poucos anos, estivemos vivendo, na América do Sul, uma polarização que agora, nos últimos anos, quase nos últimos meses, começa a reverter-se. Não sabemos, logicamente, com que permanência isso pode ser percebido e constatado, não sabemos quanto vai durar, mas é um bom momento. E vemos isso quando se reúnem os Chefes de Estado, seja na CELAC, seja na UNASUL, seja em qualquer âmbito, vemos que há um momento onde esta necessidade de consenso se expressa de maneira mais intensa e de maneira mais profunda.

Então, nós pensamos que a competência em nossos países é importante, é um dado da realidade. Um Ex-Presidente peruano dizia sobre as tensões históricas entre o Peru e o Chile: "isso deve ser convertido em competência, nós temos que ganhar dos chilenos nas variáveis macroeconômicas". E está muito bem, mas talvez seja ainda mais útil deixar de pensar somente na competitividade nacional e pensar na

competitividade regional, no que podemos conseguir efetivamente como região, independentemente, obviamente, de que haja, como há, patriotismos maiores e menores, pensemos na competitividade de país.

Mas isso é uma conjuntura, e este é o paradoxo da crise, uma conjuntura que viria a ser um incentivo para projetar os pontos ao mundo, tanto em termos econômicos, quanto em termos políticos. De maneira que os dados da crise econômica, por um lado, e os dados do consenso existente na região e, particularmente, na América do Sul, constituem elementos que deveriam servir de estímulo para recuperar velhos ideais que, não por traídos, diria eu, ao longo dos últimos séculos deixam de ser válidos e deixa de ser pertinente propô-los, não como formulação retórica, obviamente, mas como um caminho viável a percorrer.

E, por isso, esta primeira ênfase que nós colocamos em nosso compromisso regional, em um Peru empenhado com a integração, empenhado com o fortalecimento das forças centrípetas, não em fazer parte dos bandos sinológicos que existiram ou que possam existir entre a região, mas, sim, em tudo o que puder significar buscar o que nos une e postergar o que nos desune. Então, este é o empenho central que explica o porquê de o Peru, diferentemente de anos recentes, tentar ter uma relação o mais construtiva possível com cada um dos países e o porquê de o Peru se comprometer tanto com a reengenharia da Comunidade Andina de Nações e com o fortalecimento deste mecanismo efervescente, particularmente efervescente, que é a UNASUL, na qual corresponde ao Peru, por razões de ordem alfabética, exercer a Presidência neste ano a partir de novembro.

Em suma, podemos dizer que temos hoje em dia uma América Latina potencializada graças ao espaço alcançado pelo fortalecimento institucional, pela governabilidade, pela participação social na vida política dos países, pela ancoragem democrática que a região conseguiu fazer nas últimas décadas, pela sanidade do manejo da economia e da promoção desses modelos baseados na inclusão social. A consciência de que não há crescimento viável se a inclusão social não está em seu eixo. De que o destino de países exportadores de matérias-primas não é sinônimo de desenvolvimento e que, portanto, esta conjuntura tem que ser utilizada para uma verdadeira transformação, como terão feito vários países do mundo.

O outro objetivo, complementar desse, tem relação com a inserção do Peru na economia global, que se fortaleceu, sem dúvidas, de maneira substantiva com os tratados de livre comércio. Então, o Peru tem, neste momento, uma economia que se desvinculou, desarraigou, desligou, como toda a América Latina, da monodependência. Como a maior parte de nossos países, nosso principal parceiro comercial é a China. A origem principal dos investimentos privados diretos é a Europa, a Espanha em primeiro lugar e depois os outros países, e continuamos mantendo uma forte vinculação com os Estados Unidos, mas está longe de ser a vinculação quase monodependente de 50 anos atrás. Isso, logicamente, dá margens de autonomia bastante importantes.

E, a partir disso, nós queremos manter esta presença na economia global. Eis a razão pela qual temos um interesse muito marcado em seguir desenvolvendo nossa condição de país da Bacia do Pacífico, nossa participação na APEC e em todos os processos destinados a aproximar estas economias abertas do mundo do Pacífico, e também nosso interesse em manter as relações que temos com a América do Norte e a Europa.

Os senhores sabem que temos tratados de livre comércio com a América do Norte e que estamos a ponto de culminar este acordo com a Europa, e começamos a pensar

também em outras regiões do mundo muito importantes, até hoje descuidadas por nós, como os países árabes. Queremos organizar neste ano, em Lima, tomara que seja possível, a Cúpula de países Árabes-América do Sul, e isso vai nesta perspectiva, mas é uma perspectiva de que esses posicionamentos geográficos, como o fato de estar sobre as margens do Pacífico, e esses compromissos institucionais, como o fato de que cabe a nós organizar a Cúpula de países Árabes-América do Sul, têm que estar a serviço da região.

Esta ideia da competitividade coletiva acompanha todos esses processos, e estamos convencidos de que, na medida em que fortalecermos os processos intra-regionais, esta presença global será muito mais efetiva. Isto significa nosso interesse profundo em construir uma visão estratégica global, acima das diferenças que existem entre os países, que existem entre os blocos de países. Devemos construir uma visão estratégica global que nos diga a visão e a missão que nossa região deve assumir nos próximos anos imediatos, e, em particular, isso significa levar a sério a convergência dos processos de integração sul-americanos com a finalidade de serem mais eficientes, mais competitivos e para melhorar nossa posição no contexto internacional.

Uma das prioridades que o presidente Ollanta Humala estabeleceu, e com a qual nós, logicamente, estamos comprometidos, é o fortalecimento desses processos de integração, que vão do mais próximo ao mais imediato, passam pela CAN, UNASUL, CELAC e ALADI, logicamente, que para nós tem um papel fundamental nesta convergência. Claro que não existe uma definição exata e consensual de que a convergência significa, mas sim existe um desafio comum para a capacidade de elaboração e de imaginação para fazer uso racional e eficiente de todos os recursos materiais e humanos, institucionais, de toda a bagagem de experiência acumulada na região, e isso requer uma ação conjunta em fóruns como a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL, com o fim de articular, não de apagar as diferenças, mas de articular os diferentes modelos de desenvolvimento, que dará um espaço de complementação regional sobre a matéria, criar, imaginar um espaço de complementação regional.

É compreensível que existam posições distintas que dificultam a fusão, a aproximação dos diferentes âmbitos institucionais, como a CAN de um lado e o MERCOSUL de outro. Mas não é por isso se deve concluir que a convergência é impossível desde o ponto de vista da gestão, da realização de tarefas definidas e/ou da busca de objetivos que demandem uma ação conjunta. É urgente, por isso, identificar temas, projetos e objetivos comuns, bem como instâncias, mecanismos e instrumentos para torná-los viáveis, com o fim de evitar a duplicação e a dispersão de esforços e a fortalecer a integração regional no mais breve prazo possível, aproveitar o máximo possível esta conjuntura.

Dentro deste contexto, é um fato relevante o papel que corresponderá à ALADI dentro deste exercício de convergência a nível regional, o que explica por que eu estou tão contente de poder compartilhar estas ideias aqui no seio da ALADI.

A ALADI é o processo de integração do qual participam todos os países da CAN e do MERCOSUL. Mas também 10 dos 12 países que conformam a UNASUL, na verdade todos os países que conformam a UNASUL menos os que não são hispanófonos, o Suriname e Guiana. E a ALADI é, além disso, um instrumento estratégico para a conformação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, porque quando estamos falando de integração, estamos falando de dois âmbitos complementares, UNASUL, que é o mais efervescente neste momento, mas a América Latina como conjunto. Não podemos pensar na América Latina desde o ponto

de vista da integração prescindindo dos países da América Central e da América do Norte, como o México em particular.

Justamente, a Cúpula da América Latina e do Caribe, realizada recentemente na Venezuela, onde se criou a CELAC, conferiu à ALADI o papel de Organismo Facilitador da Dimensão Econômica e Comercial da integração no âmbito da CELAC. Estamos, além disso, frente a uma ALADI dinâmica e eficiente, sob a liderança de seu Secretário-Geral, com uma agenda renovada, com toda uma infraestrutura institucional que dá um funcionamento permanente e que serve de incentivo para o intercâmbio de ideias, de informação, com um papel articulador no processo de harmonização e convergência regional que os países têm que aproveitar.

O Peru confia em que a ALADI poderá utilizar sua longa experiência para articular a convergência econômica ou comercial na região, construindo-se no organismo destinado a promover a convergência gradual dos acordos comerciais negociados na região e a integração para o desenvolvimento, com base na cooperação e na complementaridade entre os países da região. Este compromisso, logicamente, não é recente. Na Declaração Presidencial de Lima, assinada em 28 de julho do ano passado, logo após o Presidente Ollanta Humala assumir, os Presidentes da Comunidade Andina assinalaram que, com vistas a fortalecer e impulsionar a integração latino-americana, foi reafirmado nosso compromisso com o processo de convergência e diálogo entre os distintos mecanismos regionais e sub-regionais de integração, em particular com o MERCOSUL, UNASUL e ALADI.

Por tudo isso, parece-nos muito importante que a ALADI possa desempenhar um papel protagonista para enfrentar o desafio que impõe a convergência econômica na região, com uma visão de liderança que permita estabelecer e definir um horizonte possível e um cronograma concreto para o objetivo que estamos propondo, tendo em vista que os primeiros passos da Comunidade Sul-Americana de Nações, UNASUL, destinados a contar com uma América do Sul unida e fortalecida, uma zona de paz indiscutível e um exemplo de integração para o desenvolvimento econômico com inclusão, dependem da capacidade das instituições que já conformam a região.

Em resumo, o que pretendemos é fortalecer, nesta conjuntura econômica e política – a qual consideramos uma conjuntura particularmente útil, uma oportunidade que não deve ser desaproveitada- a unidade de nossos países, em primeiro lugar da América do Sul e depois de toda a América Latina, para projetar-nos na economia global e no mundo global, e como América Latina, como conjunto.

E, em segundo lugar, para cumprir esta finalidade, garantir a competitividade da economia peruana, sua presença nos principais espaços econômicos e políticos mundiais, e também, não desenvolvi porque tem menos pertinência em um âmbito como este, a reconciliação com os peruanos que vivem no exterior, que são não somente agentes de desenvolvimento dos países em que se inseriram e do Peru, mas que levam à prática uma questão fundamental nesta época em que se pregoa tanto o livre trânsito de bens, comércios, serviços, que é o livre trânsito das pessoas, e que portanto, são parte da preocupação central de qualquer Estado cujos habitantes tenham tido, ou tenham, níveis de migração significativos.

Essas são basicamente as ideias que queria compartilhar com os senhores. Dentro de uns dias estará aqui nosso Ministro da Economia, que poderá desenvolver mais os aspectos econômicos de nossa presença internacional.

E quero outra vez reiterar meu agradecimento e pedir desculpas porque a viagem não me fez ser tão eloquente quanto queria haver sido em homenagem aos senhores.

Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Muito obrigado, e perdão por contradizer-lhe, mas o senhor Chanceler do Peru foi muito eloquente. Agora passamos à assinatura do livro de visitas, por favor.

- Assina-se o livro de visitas ilustres.

... Aqui tem, como um obséquo, a medalha. Convido todos meus colegas, Representantes, para o registro da fotografia oficial, por favor.

- Entrega-se a medalha da ALADI.
- Registra-se a fotografia com os Representantes.

...Encerra-se a sessão extraordinária. Muito obrigado.
